

Veículo: *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

Data: Abril/2003.

Depois da guerra

Fernando Henrique Cardoso

Osama-Bin-Laden, quem diria, mudou o curso da política internacional. Ou melhor, a intemperança da reação norte-americana acabou por desencadear uma série de ações que podem significar a ruptura, ou pelo menos, o esvaziamento das instituições criadas depois da Segunda Guerra Mundial para assegurar a paz universal.

O mais incrível é que nada disso era necessário. A primeira atitude do presidente Bush e do seu governo foi, aliás, sensata. Vítima de um ataque terrorista soez, como todos eles são, os Estados Unidos foram enérgicos na resposta. Entretanto, não deixaram de lado seu compromisso de nação-líder de um mundo democrático. Na substância e na forma, agiram com cuidado.

Quem se esquecerá dos esforços para evitar a percepção de anti-arabismo e de anti-islamismo?

Recordo-me de duas conversas com o presidente Bush nas quais ele procurava evitar o que Samuel Huntington (não que o Presidente o citasse, é claro) chama de “choque de civilizações”. Na primeira conversa, telefônica, eu o felicitei pela visita que fez a uma mesquita em Washington. Na segunda, visitei-o acompanhado do ministro Lafer e de assessores. A conversa foi cordial e solidária: o Brasil havia invocado na OEA o Tratado Inter-americano de Defesa Recíproca para repudiar a barbaridade ocorrida em Washington e em Nova Iorque. A preocupação com a boa convivência entre as culturas, as religiões e as raças era a mesma em presidentes que dirigiam duas nações multiculturais e multirraciais, como os Estados Unidos e o Brasil.

Na forma, tampouco, houve hesitação. a mais poderosa nação do mundo pediu apoio a todos os países e pessoas que estivessem contra o terrorismo. Bateu às portas das

Nações Unidas e o Conselho de Segurança apoiou a ação no Afeganistão contra Al-Qaeda e contra o Taliban.

Os horrores da guerra são sabidos. Morrem inocentes, civis e militares. Jovens e velhos, além das crianças. E foi o que aconteceu no Afeganistão, sem sequer o consolo do aprisionamento de Bin-Laden. Não obstante, a comunidade internacional apoiou a guerra porque achou-a justa: o assassinato nas Torres Gêmeas fundamentou o repúdio e justificou a intervenção armada.

De repente, no caso do Iraque, houve mudança radical de atitude. Foram inúteis os esforços dos membros do Conselho de Segurança para ganhar duas ou três semanas, antes de autorizar a guerra.

A alguns países parecia possível que os inspetores da ONU encontrassem provas da existência de arsenais de armas químicas ou biológicas. Neste caso, se o governo iraquiano não as destruísse, a guerra se justificava.

A argumentação inicial para a guerra invocava a existência de laços entre o governo de Bagdá e o Al-Qaeda. Alguns governos não se convenceram com as provas apresentadas.

Incapaz de obter a maioria no Conselho de Segurança e com a ameaça de veto pela França, a coalizão anglo-americana foi à guerra, baseada em decisões anteriores, de duvidosa interpretação jurídica, sem esperar nova manifestação formal do Conselho de Segurança.

Resultado: o maior movimento recente de opinião pública mundial pela paz.

Com o afã de protestar, há o risco de que sejam esquecidos os abusos, as torturas, e o massacre de curdos e shiitas feitos pelo regime iraquiano e, aos poucos, o tirano vire vítima.

Depois da guerra, ao que tudo indica a ser ganha pelo mais forte, sobrarão muitos problemas para o mundo e o travo amargo do anti-americanismo. Os problemas serão de várias ordens: a intensificação do terrorismo, o custo a ser pago para manter a ocupação

do Iraque onde as tropas da “coalizão” viverão uma situação patética, acreditando-se libertadores, mas tratados como conquistadores, arriscando-se a sofrer atentados.

Do ângulo econômico, os custos diretos da guerra pesarão sobre um orçamento já combalido e deficitário como o norte-americano, aumentando com as incertezas dos mercados. À atmosfera de medo, ampliada pelo atentado às Torres Gêmeas, somam-se cálculos mais racionais quanto ao tempo de duração da guerra e da ocupação, dificultando a retomada do crescimento da economia mundial. A palavra de ordem será, provavelmente, a da “aversão ao risco”. Será que o controle das fontes de suprimento energético compensa tudo isso?

Mas os danos à política internacional serão maiores ainda e de efeitos, quem sabe, mais duradouros do que os causados à economia. Além da divisão da Europa, dos estilhaços na Aliança Atlântica, o mundo árabe entrará em nova ebulição com efeitos na Ásia muçulmana, se o governo americano não agir rapidamente para rejuntar os cacos do que foi a promessa de criação de um mundo mais solidário.

Pior ainda, o longo caminho percorrido depois da Segunda Guerra Mundial, que ia na direção de dotar o mundo de alguma governança, com o sistema das Nações Unidas e com o início de uma legislação cosmopolita, foi, em parte, desfeito.

O mundo deu passos significativos para celebrar pactos e tratados de alcance global, como no caso do meio ambiente, em Quioto, e, no caso do respeito aos direitos humanos, que levou à criação do Tribunal Penal Internacional.

O comportamento vacilante do Conselho de Segurança, que não implantou as decisões de desarmar o Iraque desde 1991, bem como hesitou em vários outros episódios, ao invés de ser corrigido, serviu de justificativa para a ação unilateral.

Retrocede-se, assim, à lei do mais forte, a um estado de natureza, pré-hobbesiano.

Se isso não for corrigido por uma reforma que reforce o Conselho de Segurança, ampliando-o e dando-lhe mais legitimidade, e que permita avançar em uma legislação global, o retrocesso será enorme. Ficaremos mais distantes ainda do dia em que um direito verdadeiramente cosmopolita e órgãos que o implementem possam assegurar a

paz universal, a convivência civilizada entre os estados e o respeito aos direitos das pessoas e das gentes.

Esperança?

Que a opinião pública mundial sensibilize a americana e esta altere a conduta de seu governo. E que, no pós-guerra busque-se outra vez o bom senso e a tolerância democrática que fazem os mais fortes respeitarem os mais fracos. E que os países marginalizados pelas decisões americanas não cruzem os braços à espera de um futuro que deixe de ser unipolar para voltar a ser, quem sabe, bi-polar quando a China, daqui a 30 ou 50 anos desafie a super potência nos próprios termos dela, pela força.

Este seria um mundo circular, capaz de afogar mais ainda a esperança de paz e solidariedade entre as nações e os povos, dando espaço ao ceticismo e ao pessimismo dos superrealistas.